

Educação Moral e Cívica: o combate ao comunismo para além das armas

GUSTAVO PAES

FRANCISCO CÉSAR ALVES FERRAZ

RESUMO: O artigo visa analisar a necessidade da criação da disciplina de EMC a partir da conferência “Liberdade e Democracia”, pronunciada pelo General Moacir Araújo Lopes, em 1968. Discute-se, também, a representação do comunismo na sociedade em geral e, em específico, para os militares. Em síntese, entende-se que a EMC é sintomática da militarização do tecido social e evidencia-se a existência de um projeto de recrutamento repressivo alheio à guerrilha.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Moral e Cívica. Ditadura Militar. Anticomunismo.



Moral and civic education: combating communism beyond arms

ABSTRACT: The article aims to analyze the need to create a school subject for MCE, based on the conference “Freedom and Democracy”, presented by General Moacir Araujo Lopes in 1968. It also discussed the representation of communism in society in general and specifically for the military. In summary, it is understood that the MCE is symptomatic of the militarization of the social structure and it is evidenced that the project of military repression was beyond the development of repression against the guerrilla.

KEYWORDS: Moral and Civic Education. Military dictatorship. Anticommunism.

GUSTAVO PAES

Mestrando em História Política
(Universidade Estadual de Maringá).
Professor de Geografia, História e Sociologia
da Secretaria de Estado da Educação do
Paraná.
E-mail: gustavo.ze.paes@outlook.com

FRANCISCO CÉSAR ALVES FERRAZ

Professor Associado do Departamento
de História na Universidade Estadual de
Londrina.
E-mail: franciscoferraz1964@yahoo.com.br

RECEBIDO: 01/03/2022

APROVADO: 10/05/2022

1 Introdução

A Educação Moral e Cívica (EMC) esteve presente nas salas de aula brasileiras na segunda metade do século XX por iniciativa do Decreto-Lei nº 869/1969 instituído durante a Ditadura Militar. Tanto a disciplina quanto o regime fundado em 1964 estão relacionados ao anticomunismo, que por sua vez, adquiriu distintas representações na sociedade em geral e no meio militar. Dessa maneira, entender o surgimento da EMC envolve considerar elementos de médio prazo ligados à identidade militar e eventos do contexto político.

O trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2002) oferece um panorama acerca do anticomunismo na sociedade brasileira no século passado. O autor discorre sobre três matrizes – liberal, católica e nacionalista – norteadoras do discurso anticomunista e sua relação com os grupos sociais. Do ponto de vista militar, Mauro Eustáquio Costa Teixeira (2013; 2014), munido do conceito teórico de Cultura Política, demonstra como esse discurso foi importante na definição do entendimento que os altos oficiais tinham de si e da sociedade. Assim promove-se inicialmente uma discussão sobre o anticomunismo de modo amplo e específico.

No âmbito do contexto histórico convém assinalar o fortalecimento da oposição ao governo especialmente no ano de 1968. A expectativa por parte das lideranças políticas apoiadoras do Golpe de que o governo de Costa e Silva, viabilizado pelo consenso militar e investido em 1967, fosse frear o crescente autoritarismo do último ano de Castelo Branco foi logo dissipada com a não revisão das leis e punições oriundas do mandatário anterior (MARTINS, 2019 p 154). Na perspectiva do movimento estudantil, opositor de primeira hora da Ditadura, a insatisfação remetia também a aproximação com os Estados Unidos em matéria educacional com os acordos MEC-USAID (MOTTA, 2014 p 229), demandas de reformas próprias e repressão aos estudantes provocando, assim, várias manifestações ocorridas simultaneamente a greves e disputas internas ligadas a luta sucessória governamental (MARTINS, 2019 p 178-9). Diante desse cenário a cúpula do governo de Costa e Silva avaliou em 1968 a necessidade de se recorrer a novas medidas excepcionais: o Ato Institucional (FICO, 2017 p 59).

Nesse sentido o presente texto visa analisar a palestra “Liberdade e Democracia” pronunciada majoritariamente em instituições militares pelo General Moacir Araujo Lopes, integrante do grupo que idealizou o Decreto-Lei nº 869/69, ao longo do ano de 1968 e versa principalmente sobre as mudanças necessárias para assegurar a continuidade do regime.

2 Anticomunismo: uma cultura política?

O anticomunismo possui diferentes representações ao longo do século XX no Brasil. De modo abrangente, é possível elencar três matrizes¹ com diferentes conotações desse discurso, mas que dialogam entre si: a liberal, a católica e a nacionalista. Entretanto, para as Forças Armadas (FA), o anticomunismo é mais complexo, pois ocupa uma dimensão de formação da identidade para os altos setores da categoria, além disso, este legitimou a atuação dessas instituições na instauração e manutenção dos regimes do Estado Novo (1937-45) e da Ditadura militar (1964-85). Portanto, analisar a representação do anticomunismo na sociedade e no seio militar faz-se mister, para se compreender a história política brasileira do passado recente.

A crítica liberal ao comunismo deriva da definição de liberalismo que, por sua vez, tem duas searas: a política e a econômica. David Harvey (2005, p. 75) reúne características que sintetizam essa ideologia a partir do favorecimento dos direitos do indivíduo associados à propriedade e o livre comércio, juntamente com a inviolabilidade dos contratos entre indivíduos, assim como a liberdade de expressão.

Diante dessa percepção, os liberais condenavam o comunismo. Motta (2002 p. 60) sustenta que os principais postulados contrários ao movimento eram o sufocamento da liberdade individual, devido ao autoritarismo; e o desrespeito à propriedade privada, pois as revoluções eram acompanhadas de expropriações. Historicamente, contudo, as dimensões política e econômica não foram defendidas igualmente, nesse contexto, a primeira acabou depreciada em nome da segunda, especialmente no Brasil. Nesse sentido, o pensamento liberal foi associado ao elitismo.

¹ Motta (2002, p. 33-5) reconhece, também, um discurso anticomunista de esquerda com críticas relacionadas principalmente ao autoritarismo soviético.

Durante a década de 1930, a ideologia liberal foi posta em declínio no cenário internacional com a ascensão de regimes autoritários. De acordo com Motta (2002 p. 62), nesse período, o modelo de desenvolvimento liberal, associado aos valores da democracia representativa, foi apontado por setores conservadores como responsáveis pela crise geral e avanço do comunismo, daí a necessidade de criar governos baseados na força. O caso brasileiro é exemplar: desde a proclamação da República, ainda no século XIX, as oligarquias regionais no governo, após o breve período militar, enfrentaram diversos movimentos da caserna que demandavam, entre outras, uma ação ativa do Estado, diante da miséria endêmica que se refletia também na baixa qualidade da tropa (CARVALHO, 2006 p. 127). O resultado desses movimentos foi a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 que, por sua vez, em 1937, converteu-se em ditador, com a instauração do Estado Novo, sob a justificativa da ameaça comunista. Portanto, apontam-se momentos em que o modelo político-econômico liberal foi acusado de omissão com a população e debilidade perante uma pretensa ameaça.

No período que se seguiu ao Estado Novo, o discurso liberal ganhou mais espaço no debate público, pois houve declínio dos regimes fascistas e nazistas. Contudo, com ênfase na luta contra o Estado frente à iniciativa privada, juntamente com a crítica ao autoritarismo comunista, o problema da ausência da participação popular na política² não ocupou a centralidade dos embates liberais, fazendo com que a defesa da democracia, oposta ao comunismo, fosse vazia de significado concreto, isto é, a importância do acesso da população à igualdade dos direitos políticos e melhora das condições de vida material dava espaço a um discurso ligado à necessidade da manutenção de uma ordem calcada nas palavras abstratas de um país livre e cristão, aliado das nações ocidentais (MOTTA, 2002 p. 61-4). Em larga medida, a ideia de liberdade, no sentido político, como contraponto ao comunismo, foi defasada, porque, nos diversos períodos ditatoriais brasileiros, houve apoio ou convivência dos setores liberais diante de uma alardeada ameaça vermelha.

2 Por volta dos anos de 1962, aproximadamente 25% da população brasileira votava, totalizando 18.500.000 de eleitores concentrados nas regiões mais industrializadas do país (DREIFUSS, 1981 p. 153-4).

Do ponto de vista econômico, o discurso liberal afirmava que o comunismo era necessariamente contraproducente. Segundo Motta (2002 p. 64), os argumentos mobilizados giravam em torno da inconsistência dos postulados econômicos marxistas, bem como a importância da defesa da propriedade. Entretanto, tais raciocínios encontravam sérias dificuldades em serem aceitos, pois, desde a década de 1930, e até pelo menos 1960, a economia soviética crescia consideravelmente (MOTTA, 2002 p. 67-9). É válido ressaltar que se está a tratar da seara econômica enquanto elemento discursivo, cuja capacidade de mobilizar era pouca, mas se sublinha que os empresários contribuíram largamente com a difusão da propaganda anticomunista (DREIFUSS, 1981 p. 483). Portanto, a partir do exposto, constata-se que o anticomunismo, apoiado em valores morais, encontrava maior respaldo na sociedade.

Nesse sentido, a luta contra o comunismo no âmbito católico equivalia ao embate do bem contra o mal. De acordo com Motta (2002 p. 35-7), no discurso católico, principalmente durante o século XIX, o comunismo inseria-se em um contínuo de desvios da Modernidade, a começar pela Reforma que minou as bases as quais fundamentavam a ordem promovida pela Igreja. Outras perspectivas acentuavam a atuação de judeus e maçons como conspiradores contra a Santa Sé. Em linhas gerais, alardeava-se uma incompatibilidade intrínseca entre catolicismo e comunismo, porque o segundo era o promotor de uma nova moral, contrária à existência de Deus, e sustentava a luta de classes frente à caridade católica.

Eventos da primeira metade do século XX aprofundaram a aversão da Igreja ao comunismo. A vitória da Revolução Bolchevique de 1917, na Rússia, foi acompanhada da perseguição de religiosos com execuções e fechamento de templos sob a justificativa de serem antirrevolucionários, além da disseminação do ateísmo (MOTTA, 2002 p. 39). No entanto, foi durante a Guerra Civil Espanhola (1936-9) que a contrariedade da Igreja se enrijece, dado que um país de maioria católica é palco de perseguições de clérigos e profanação de templos durante o embate entre franquistas e “comunistas” – frente de republicanos que agrupava socialistas, democratas, comunistas e anarquistas. Alheia a verificar especificamente os casos de violações e pouco interessada em denunciar

o abuso dos franquistas, a liderança católica condenou os republicanos e proferiu a Encíclica *Divinis Redemptoris*, caracterizando o comunismo bolchevique como inimigo (MOTTA, 2002 p. 40). Assim, a partir da década de 1930, o anticomunismo católico se acentua.

Nesse período, no Brasil, as lideranças católicas visaram conter a influência comunista na sociedade. De acordo com Motta (2002 p. 38), a Igreja visou mobilizar a população mediante encontros, congressos e entidades como forma de difundir suas concepções ligadas não apenas à recusa do comunismo, mas também à conquista de maior espaço no Estado, perdido desde a fundação da República. Durante o período do Estado Novo, a orientação anticomunista fez com que as entidades católicas não fossem alvo prioritário da repressão, contribuindo, dessa maneira, para que tivessem vantagem no espaço público sobre seus rivais.

O embate entre católicos e comunistas foi registrado também no campo eleitoral. Mesmo com a orientação internacional de fim do sectarismo dos comunistas na década de 1930, perante o crescimento do fascismo, a Igreja não foi afeita a fazer alianças (MOTTA, 2002 p. 42). No período posterior à Segunda Guerra Mundial, as lideranças católicas ficaram apreensivas com o crescimento de candidatos ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Nesse sentido, a instituição investiu contra os candidatos comunistas, para isso, orientou a população a não votar neles e teceu críticas em jornais, rádios etc.

Entretanto, as mudanças doutrinárias na década de 1960 em direção à dimensão social provocaram uma divisão acentuada na Igreja. Segundo Ianko Bett (2011 p. 1171-4), diante das modificações provocadas pela modernização, secularização e laicização, ao longo do século XX, a partir de 1962, diversas encíclicas papais chamaram a atenção do episcopado para os países subdesenvolvidos e para a necessidade não só de paz, mas também de cooperação entre os diferentes regimes, além da importância de servir a população no sentido de dar apoio aos oprimidos e engajar-se nas lutas populares. Dessa maneira, os setores progressistas católicos deram origem a diversas instituições, como a Juventude Universitária Católica.

Por outro lado, as lideranças anticomunistas responderam defensivamente a essa guinada social. Tratava-se de reafirmar a incompatibilidade do marxismo e catolicismo em termos filosóficos, salientando o primeiro como dotado de uma ética materialista ateia, baseada na negação da liberdade notadamente de crença e posta em prática a partir da luta revolucionária (BETT, 2011 p. 1188-9). Nesse sentido, denunciavam infiltração comunista na instituição, caracterizando os militantes como dissimulados que escondiam seus reais propósitos e alertavam para o perigo de se aproximar deles. Em linhas gerais, o clérigo anticomunista do período criticava o fato de que a nova doutrina não repudiava categoricamente o comunismo (MOTTA, 2002 p. 43).

Outra matriz do discurso anticomunista que se apoiou largamente em afirmações de cunho moral foi a nacionalista. A partir de uma perspectiva conservadora e corporativa, o Estado, além de ser expressão da nação, é entendido como um corpo no qual suas partes devem trabalhar harmonicamente, com o objetivo de angariar uma prosperidade geral calcada na ordem, tradição, integração, centralização e na recusa do conflito social. O comunismo, para essa aceção, estimulava a divisão social e era internacionalista, ou seja, percebido como algo estrangeiro a ameaçar a nação, vide sua conclamação mundial direcionada à classe operária (MOTTA, 2002 p. 49-51). Portanto, para se defender a pátria, era preciso ser anticomunista.

O objetivo internacionalista dos comunistas era o ponto importante da crítica nacionalista. Tendo como referência a demanda de união do proletário, acusavam-se os comunistas de trair a pátria, inclusive com a profanação de símbolos sagrados como a bandeira, ato que estaria a serviço de estrangeiros. Nesse sentido, as posturas anti-imperialistas dos comunistas eram qualificadas como um falso nacionalismo, pois, em última instância, sua fidelidade seria para com Moscou (MOTTA, 2002 p. 52-3). Assim, ao não colocar a pátria como objetivo final dos esforços empreendidos, os comunistas eram condenados nos discursos nacionalistas.

Ainda na seara do estrangeirismo, sustentava-se que o comunismo não se adequava às características do povo brasileiro. Havia a defesa de que o brasileiro possuía o caráter pacífico,

fortemente ligado ao espiritualismo e à tradição, não se correspondendo, portanto, com a ideologia exógena que defendia, entre outras ações, a luta de classes (MOTTA, 2002 p. 53-5). Em síntese, tratava-se de um discurso que valorizava a passividade diante do conflito social e naturalizava a desigualdade perante uma ameaça estrangeira.

O caráter abstrato com que se caracterizava a nação facilitava a formação de frentes com sujeitos históricos de interesses distintos. Nesse sentido, os golpes de 1937 e 1964 foram capazes de mobilizar diferentes grupos sociais em nome de um pretense perigo da pátria, assim como os regimes estabelecidos em seguida foram acompanhados por reformas educacionais³ e campanhas de valorização dos símbolos, datas e heróis nacionais (MOTTA, 2002 p. 57-8). Dessa maneira, a defesa da pátria constituía-se um fator unificador do discurso anticomunista.

A alegada ameaça à nação legitimou as práticas persecutórias por parte das FA.⁴ Motta (2002 p. 58-9) sustenta, de modo geral, que os militares possuíam uma tendência que lhes é própria de defesa da ordem constituída, bem como a manutenção da integralidade da força baseada no respeito à hierarquia. José Antônio Miranda Sepulveda (2010, p. 25) afirma que é possível remontar aos ideais positivistas com que militares fundaram a República, a intenção de intervenção na sociedade a partir de um entendimento de que há a necessidade da conservação da ordem para o progresso. Historicamente, esse binômio foi modificado para Segurança e Desenvolvimento, somado ao anticomunismo. Desse modo, uma ideologia que defendia o surgimento de uma nova ordem social e com repercussões na estrutura militar era repudiada principalmente pelo oficialato.

3 A Educação Moral e Cívica (EMC) exemplifica essa afirmação, pois, inserida na vida estudantil a partir da década de 1970, na esteira do golpe de 1964, a disciplina visava alertar o aluno acerca do perigo do comunismo e incentivar a colaborar com o desenvolvimento da nação (FILGUEIRAS, 2006 p. 187).

4 E também de paramilitares, como o grupo do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que praticou atentados políticos violentos contra opositores do regime militar e contaram com o acobertamento de militares (FICO, 2001 p. 59).

No entanto, convém apontar detidamente a relação dos militares brasileiros com o comunismo ao longo do século XX, no sentido de identificar de que maneira este influenciou a formação da identidade da caserna, notadamente nos altos estratos. Trata-se de avaliar a possibilidade de postular a existência de uma cultura política anticomunista nesse campo. Serge Bernstein (1998) define cultura política⁵ associando-a à ideia de identidade:

[...] conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama [...] uma leitura comum e normativa do passado com conotação positiva ou negativa [...] uma visão institucional que traduz, no plano da organização política do Estado, os dados filosóficos ou históricos precedentes [...] uma concepção da sociedade ideal [...] um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas, são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significativo [...] (BERSTEIN, 1998 p. 350-1).

Cumprir destacar com maior ênfase o modo como o entendimento comum do passado e a perspectiva de futuro, além de uma base filosófica e de socialização⁶, é capaz de orientar o comportamento político. Trata-se de conceber o sujeito histórico no limite de seu próprio conjunto de valores. Nesse sentido, pontua o autor, acerca do passado, que:

[...] uma cultura política compreende uma série de referências históricas [...] instrumentalizadas de modo a se revestirem de caráter exemplar [...] encontra no passado uma provisão quase inesgotável de dados-chave, textos seminais, fatos simbólicos e galerias de grandes personagens que são apresentados como

5 Sua origem remonta às Ciências Sociais estadunidenses dos anos de 1960, mas com características arbitrárias e etapistas, as quais consideravam a democracia liberal dos EUA como exemplo máximo de desenvolvimento social (GOMES, 2005 p. 30-1). Contudo, no âmbito da História, tem uma acepção fluida que recusa o anacronismo, visando compreender o sujeito histórico em seu predicado. Bernstein (1998; 2009) promove outras discussões sobre o conceito, mas que não cabem no espaço deste ensaio.

6 Como a família, a escola etc. (BERSTEIN, 1998 p. 356-7).

modelos a seus fiéis [...] Portanto, basta buscar no passado valores normativos capazes de mobilizar energias e de transformá-las em armas para o presente (BERSTEIN, 2009 p. 34).

A respeito do futuro, pontua-se que:

Não há cultura política coerente que não compreenda precisamente uma representação da sociedade ideal de acordo com sua imagem da sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo. Entre essa cidade ideal e as realidades, o fosso é evidente, e é para transpô-lo que se aplica a ação política empreendida pelos possuidores de uma determinada cultura política. (BERSTEIN, 2009 p. 35).

Desse modo, é possível apontar a existência da cultura política anticomunista no meio militar. Teixeira (2014 p. 157) ressalta que esta não se resume apenas à recusa do comunismo, pois se assenta em uma perspectiva mais ampla de sociedade e do papel militar nela. O autor lembra que, desde o triunfo da Revolução Bolchevique de 1917, o comunismo passa a ser uma alternativa factível para as esquerdas, ao passo que, a partir da insurreição de 1935, no Brasil, os militares se aprofundam no combate ao comunismo. Portanto, esse último marco temporal é a primeira etapa para se compreender o anticomunismo militar.

Nesse sentido, é importante apontar os dados e a propaganda anticomunista produzida desse evento. A revolta ocorreu em um contexto de aumento das fileiras do PCB, devido à entrada de Luís Carlos Prestes. Motta (2002 p. 195) argumenta que, apesar da predominância e liderança comunista, havia outros segmentos políticos, vide o caráter anti-imperialista, antifascista e antilatifundiário, no esteio da estratégia internacional de não sectarismo. Em linhas gerais, o levante foi de curta duração, mas de grandes consequências, principalmente no fator de mobilização anticomunista e nos embates políticos posteriores.

No âmbito da propaganda anticomunista, o evento foi descrito de maneira maniqueísta. Isso se verifica, segundo Motta (2002 p. 194-5), desde a nomenclatura pejorativa de intentona. Seguidamente, há o esforço de caracterizar os revolucionários como indivíduos vis e imorais que cometeram atos hediondos e

uma dupla traição: contra a pátria e a corporação, inclusive com a morte de oficiais legalistas dormindo. Diante desse discurso cominador e acompanhado de medidas excepcionais cedidas pelo Congresso Nacional após o levante, em 1937, Vargas institui a ditadura do Estado Novo, com o apoio das FA.

Entretanto, Motta (2002) discorda dos argumentos da propaganda anticomunista. O autor (2002 p. 195) reconhece que houve participação estrangeira, conforme se constatou a partir de obras produzidas com documentos soviéticos após o fim da URSS, mas entende que o caráter da relação com o exterior ainda é discutível, ao passo que questiona se revoltas anteriores seriam menos traidoras, na medida em que colocaram compatriotas contra compatriotas. O autor entende, também, que houve um superdimensionamento proposital, seja no número de mortes – com cifras defendendo 450 mortes, enquanto estimativas orbitam em torno de 60 a 100 – e ações durante a revolta (MOTTA, 2002 p. 202). Especificamente, sobre a morte de oficiais dormindo, não se encontra nos inquéritos produzidos pós levante ou na imprensa da época a denúncia de tais eventos, a não ser uma execução isolada de um oficial preso no Rio de Janeiro (MOTTA, 2002 p. 198). Portanto, a supervalorização foi característica da propaganda anticomunista.

Na seara militar, a revolta se tornou uma marca. Assim como em outros levantes durante a década de 1930, seguidamente, houve expurgos, os quais contribuíram para um filtro ideológico da tropa (FERRAZ, 1998 p. 121), ao passo que o culto à vitória sobre os comunistas entrou no calendário militar - acompanhado de monumentos – e foi celebrado até a década de 1990 (TEIXEIRA, 2013 p. 62), tal qual ocorre até hoje acerca da ditadura militar. Nesse sentido, Teixeira (2013) alega ser possível conceber uma cultura política anticomunista que incide sobre a identidade das altas patentes militares brasileiras.

Os discursos proferidos nesses eventos comemorativos são um espaço privilegiado para a expressão de elementos que compõem a identidade da instituição, que, por sua vez, liga-se a uma visão de sociedade também. Isso ocorre porque se expõe uma leitura de passado e perspectiva de futuro apta a ser partilhada em um ritual

de celebração. Teixeira (2013) analisa as falas de chefes militares nas solenidades e ordens do dia referentes à vitória sobre a revolta comunista e o golpe de 1964 até a década de 1980, nesse contexto, sintetiza as seguintes características: projeção de noções de obediência e hierarquia para sociedade, contrariando postulados liberais e marxistas; modernização autoritária que não leva em conta a liberdade individual; ação do Estado para a construção da cidadania (TEIXEIRA, 2014 p. 155-6); importância da FA na manutenção da ordem interna; convívio harmônico das diferentes classes sociais; estabilidade e ordem nas relações sociais, naturalizando a desigualdade; e perspectiva de passado fraternal desestabilizado pelo comunismo (TEIXEIRA, 2013 p. 63). Dessa maneira, o combate ao comunismo associava-se também à defesa de uma perspectiva de sociedade que, dentre outras questões, não considerava o dissenso como um elemento mobilizador legítimo.

Outra fonte que contribui para entender o anticomunismo militar é o livro ORVIL – anagrama da palavra “livro”. Produzido em um contexto do fim do regime militar, a obra traz a perspectiva de oficiais envolvidos diretamente nos órgãos de segurança interna, tanto de passado quanto de futuro da Nova República (TEIXEIRA, 2013 p. 61). O texto visa demonstrar as diferentes tentativas de tomada de poder por parte dos comunistas desde a formação do PCB. Acerca da ditadura, o livro narra o fato de que, apesar da vitória militar sobre os revolucionários, o processo de distensão iniciado em 1974 possibilitou que os militantes ocupassem posições sociais capazes de influenciar a opinião pública, de modo a formar uma imagem negativa das FA que, por sua vez, possibilitaria a conquista do poder (BRANDÃO; LEITE, 2014 p. 314). Diante desse cenário, seria equivocada desmobilizar os órgãos de vigilância, censura e repressão.

Em última instância, o ORVIL elucida a função do anticomunismo na caserna. Ao caracterizar o comunismo como uma ameaça registrada continuamente, este visa legitimar a presença militar no seio do Estado indefinidamente, assim como assegurar uma coesão interna nas FA acima de qualquer divergência⁷ (TEIXEIRA,

7 Diversos episódios apontam para divergências na caserna, mesmo em

2013, p. 66 e 69). Portanto, é possível afirmar que o combate ao comunismo ratificou os interesses de setores das FA no interior da instituição e na sociedade, vide a maior aproximação das elites militares e civis durante o Estado Novo, em um esforço de desenvolvimento nacional acompanhado da ideia de defesa interna, culminando nas bases da Doutrina de Segurança Nacional (FERRAZ, 1998 p. 121). Nesse ínterim, na Ditadura Militar, a militarização do tecido social em nome da DSN (FERRAZ, 1997 p. 22) contribuiu para a projeção dos interesses da caserna na sociedade (SEPULVEDA, 2010 p. 152).

A partir do exposto, é possível fazer um balanço acerca da representação do anticomunismo no século XX. Segundo Motta (2002 p. 67), a crítica liberal foi a de menor capacidade mobilizadora, dado que os discursos de cunho moral, associados ao catolicismo e nacionalismo, promoveram maior engajamento. Contudo, é importante ressaltar as possibilidades de ação dos sujeitos históricos que, embora possam agir em conjunto, são desiguais, isto é, ainda que clérigos tivessem uma larga influência sobre os fiéis e empresários, a capacidade de difundir massivamente a propaganda anticomunista se consolidou a partir do meio militar, quando foi impetrada a violência física, por ação ou omissão, contra opositores cujo conceito de comunista alcançasse. Nesse sentido, entende-se que o anticomunismo, difuso na sociedade, legitimou as ações de vigilância, censura e repressão contra a população, praticadas por militares nos regimes inaugurados e mantidos com a convivência da caserna em 1937 e 1964. Em última análise, a pretensa ameaça comunista contribuiu para dar sentido à existência e atuação das FA no século XX, bem como a imposição de um projeto de sociedade.

3 O combate do comunismo para além das armas

Esta seção apresenta a perspectiva do General Moacir Araujo Lopes, disposta no livro “Liberdade e democracia (1968)”, acerca da

regimes anticomunistas, como o Putsch integralista de 1938, ou as tensões durante as trocas dos generais-presidentes na ditadura militar.

necessidade de mudança nos rumos da ditadura militar para assegurar a continuidade do regime. Primeiramente, debate-se o autor e a fonte no contexto; em seguida, de modo sucinto, apresenta-se a crítica de Lopes ao pensamento de Herbert Marcuse e, finalmente, a proposta do autor. Em síntese, visa-se demonstrar que a proposição de valores morais na Educação se insere na esteira do anticomunismo, mas também em uma perspectiva de sociedade.

O general Lopes teve um papel relevante no surgimento da EMC. De acordo com Kaé Stoll Colvero Lemos (2011, p. 103), Lopes formou-se no Colégio Pedro II em 1922 e logo ingressou na carreira militar na escola de oficiais do Exército, tornando-se oficial de Artilharia. Ao longo das décadas de 1950-60, passou a assinar artigos na revista “Defesa Nacional” acerca da necessidade da regeneração moral da sociedade. Em 1960, realizou o Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra (ESG), no qual uma das temáticas abordada era o “Problema Ético e Moral” (LEMONS, 2011 p. 105; SEPULVEDA, 2010 p. 220). O militar integrou também o Instituto de Ação Democrática (IBAD) nos anos que precederam o golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981 p. 367).

No cenário pós-ruptura, ele integrou a estrutura governamental. Segundo Juliana Miranda Filgueiras (2006 p. 46 e 63) e Lemos (2011, p. 156), o militar contribuiu com o MEC na formulação de um guia de moral e civismo e, principalmente, foi autor, em conjunto com outros membros da Associação de Diplomados da ESG (ADESG), do anteprojeto do decreto-lei nº 869/1969, que instituiu a EMC, além de ser o primeiro presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), o qual foi afastado do colegiado somente em 1976. Nesse sentido, a presente obra se insere no esforço de Lopes de difundir a importância da EMC, conforme aponta o seguinte trecho:

Palestra realizada no Colégio Militar do Rio de Janeiro (20-8-68), Artilharia de Costa da 1ª R M (22-8-68), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (11-9-68), Instituto Militar de Engenharia (17-9-68), Ministério da Educação e Cultura (17-10-68) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (7-11-68) (LOPES, 1968 contracapa).

Constata-se que as palestras foram proferidas ao longo do ano de 1968. No âmbito das relações internacionais, o período é marcado por um equilíbrio oscilatório entre a URSS e os EUA, em que se conciliam grandes tensões como a Crise dos Mísseis (1962), com a formulação de mecanismos de contato direto (MUNHOZ, 2020 p. 206). No plano interno, a ditadura, inaugurada em 1964, sob o beneplácito estadunidense, debatia a continuidade das punições contra opositores com divisões no seio militar, contexto em que havia os favoráveis ao endurecimento da perseguição aos opositores, como Artur da Costa e Silva, que assumiu a Presidência em 1967, após Humberto Castelo Branco (FICO, 2001 p. 55-6). O novo governo colocou em prática medidas econômicas de crescimento em curto prazo, em detrimento da austeridade anterior, como forma de aproximar novamente a classe média ao regime, pois vislumbra-va a formação de um bloco de oposição que abrangia uma Frente Ampla, congregando antigos opositores, como João Goulart e Carlos Lacerda, greves operárias, aumento das ações de guerrilha⁸ e, principalmente, o movimento estudantil com passeatas e confrontos com as polícias⁹ (NAPOLITANO, 2014 p. 88-95). Portanto, as conferências do general deram-se em um momento de acirramento das tensões e para públicos predominantemente militares.

A relação entre a relevância do movimento estudantil e a proposta de reformulação da educação de Lopes não é despropositada. A década de 1960 foi marcada por uma mudança de concepção em que se declinou, em certa medida, dos ideais revolucionários de refundação das sociedades para as lutas específicas do presente, dado que houve relativa desilusão com o socialismo ortodoxo. Nesse sentido, a crítica ao capitalismo deixou de ser estritamente

8 É importante ressaltar que não há necessariamente uma correlação entre a guerrilha e a repressão, pois projetos revolucionários existiam mesmo antes do golpe de 1964, tal qual setores militares já demandavam de instrumentos de punição mais amplos antes do AI nº5 (FICO, 2001 p. 60-3). O movimento guerrilheiro terá notoriedade em São Paulo e Rio de Janeiro em 1969, com poucas fases ofensivas diante da superioridade estatal (FICO, 2017 p 45-6).

9 Os estudantes protestavam já contra o regime, ao passo que o governo conciliava medidas repressivas com a reformulação das estruturas universitárias. No entanto, no ano de 1968, há um aprofundamento da mobilização com a morte do estudante Edson Luís em março. Ainda ao longo do ano são registradas diversas manifestações e invasões de universidades. No âmbito do governamental, proibem-se as manifestações em julho e, em dezembro, institui-se o AI nº5 (NAPOLITANO, 2014 p. 91-2).

econômica e passou a ter contornos morais e culturais, além de ser protagonizada por uma nova classe: os estudantes (ANDRADE, 2012 p. 14-6). Assim, em consonância com demandas locais, o movimento estudantil ganhou notoriedade em diferentes regiões, como com a recusa de se ir combater no Vietnã, no caso dos EUA, ou as demandas de maior liberdade política na Tchecoslováquia (VALLE; ALMADA, 2019 p. 55).

Na seara intelectual, diversos pensadores ganham notabilidade. De acordo com Pedro Duarte de Andrade (2012 p. 20), Herbert Marcuse¹⁰ se destacou ao aliar postulados da teoria crítica marxista da Escola de Frankfurt com a psicanálise freudiana para defender que a repressão social vigente era apenas uma etapa histórica da cultura e poderia ser superada. Contudo, para Lopes (1968), Marcuse, já influenciando a juventude do período, tinha outro propósito:

A observação do comportamento atual de parte da mocidade, concorde com o aspecto demolidor da filosofia de Marcuse, parece-nos autorizar a classificá-lo [...] como o verdadeiro orientador da juventude e dos indivíduos e organismos que a pervertem [...]. Tem como objetivos imediatos a desmoralização e destruição de toda e qualquer autoridade (negando-lhe seriedade) e a liberação total do sexo, em proporções inacreditáveis, à guisa de transformações (LOPES, 1968, p. 7-8).

O militar concentra sua crítica nos livros “Eros e civilização” (1955) e “Ideologia da sociedade industrial” (1964). Marco Aurélio Santana e Igor Peres (2018, p. 221-2) afirmam que, no período das obras citadas, Marcuse atribuía menos importância à ideia de que a subjetividade derivava estritamente das condições reais de existência e visava abrir o marxismo a outras tradições teóricas. No primeiro livro, o autor se contrapõe à tese de Freud de que o processo civilizatório dependia do cerceamento das pulsões, no sentido de que há uma relação entre civilização e repressão, em

10 Devido a sua proximidade com os movimentos sociais, foi alvo de perseguição preferido dos conservadores, inclusive nos EUA, onde já se encontrava exilado desde a fuga do nazismo (SANTANA; PERES, 2018 p. 224-5). O general Lopes (1968, p 7) reconhece o fato: “Está sendo ameaçado por entidades extremistas da direita (Ku Klux Klan) [...]. A ‘American Legion’, formada por combatentes das duas grandes guerras, reitera esforços para afastá-lo da Universidade onde leciona”.

que o indivíduo abre mão de satisfazer suas pulsões em nome do princípio da realidade. Contudo, para Marcuse, a coibição dava-se em uma dimensão mais ampla, que era a dominação do homem pelo homem substanciada no conceito de “mais-repressão” e manifestada em práticas históricas como o controle da vida individual pelo público, a separação hierárquica do trabalho e o modelo de família patriarcal-monogâmica (ANDRADE, 2012 p. 20-3). Em linhas gerais, o autor propunha que as abolições de tais práticas não conduziriam à barbárie, mas a uma nova relação de progresso e liberdade, de modo que a repressão fosse diminuta.

Em “Ideologia da sociedade industrial” (1964), Marcuse apresenta certo ceticismo. O autor critica a ausência de projetos de transformação social baseados nas possibilidades históricas em um contexto de uma sociedade cada vez mais capaz de aliar o progresso técnico e o aparato de dominação de modo a governar até as necessidades e desejos individuais. Entretanto, paulatinamente, Marcuse enxergará nas revoltas da juventude a possibilidade de uma emancipação real da humanidade embaladas por um trabalho dos intelectuais, privilegiados cultural e economicamente, na direção de politizar as massas (VALLE; ALMADA, 2019, p. 56-60). Lopes (1968) sintetiza, a seu modo, a então perspectiva de Marcuse:

Alia maquiavelicamente Freud e Marx, valendo-se da base materialista comum, encontrando argumentos para a realização de uma completa subversão das estruturas políticas, já agora a ser realizada não pelos operários, mas por jovens e intelectuais [...]. Parte do assêto de que a atual civilização realizou a conquista da natureza, mas à custa da permanente subjugação dos instintos humanos, com restrições à liberdade. A felicidade estaria erradamente subordinada à disciplina do trabalho, da reprodução monogâmica e ao sistema estabelecido na lei e na ordem [...]. Diz que a nossa civilização repressiva substitui o princípio do prazer (satisfação mediata, prazer, júbilo da atividade lúdica, receptividade, ausência de repressão), pelo princípio da realidade (satisfação adiada, restrição do prazer, esforço do trabalho, produtividade, segurança) [...] justifica a revolta da juventude, como necessidade de higiene física e mental, levada por grande náusea pelo

sistema de vida atual e pelas máquinas política, cultural, educacional dos grandes negócios [...] O progresso tecnológico, conquistando a natureza, diminui o tempo de trabalho alienado, permitindo o tempo livre, para o emprego das atividades individuais. Isto tornara possível a eternidade de prazer, hoje só realizada em pequena parcela de tempo ocioso e assim mesmo de emprego orientado pela máquina opressora. (LOPES, 1968 p. 10-5).

O autor complementa apontando o que entende por desdobramentos práticos da filosofia de Marcuse:

Na atualidade, atos da parte da juventude, de intelectuais e de responsáveis pelas comunicações com as massas, expressam o avanço total da filosofia Marcuse: Juventude – o decálogo dos ‘hippies’ enaltecendo simultaneamente o seu poeta, o amor, a mulher do próximo, as flores, a vida em grupo, o protesto, os alucinógenos, a ociosidade [...] o repúdio ao banho [...] os ‘slogans’ [...] “PAPA PUE” [...] “MAKE LOVE, NOT WAR” [...]. É PROIBIDO PROIBIR [...] o protesto contra a guerra do Vietnam; a queima dos cartões de recrutamento; [...] o uso de anticoncepcionais e alucinógenos [...]. Intelectuais e artistas: Palavrão, pornografia, perversões sexuais, sexo e erotismo no cinema, no teatro, na TV, no jornal, nas revistas e no livro [...]. Comunicações de massa: Promoções as mais diversas com base no sexo, inclusive com retratos de mulheres e agora homens nus [...] (LOPES, 1968 p. 16).

Diante desse cenário, o militar sustenta duas opções de ações:

a) omitir-nos e deixar que, em prosseguimento do trágico experimento, o materialismo domine até as últimas consequências, douradas nas conclusões utópicas, mas integralmente subversivas do ‘profeta’ da juventude [...] b) defender e projetar os valores superiores da nossa cultura milenar, em todas as atividades, do indivíduo e do grupo, no lar e na comunidade [...] (LOPES, 1968 p. 20-1).

Escolhendo a segunda alternativa, Lopes expõe seu entendimento por liberdade. Trata-se de uma aceção outorgada e limitante que prevê um comportamento determinado por parte do indivíduo, isto é, a pessoa é livre, mas para agir de um modo específico:

A liberdade, realmente, só pode ser conferida ao homem, sem grandes riscos, quando ele dispõe de um instrumento interior, de auto-consciência, que leve a usá-la com integral respeito aos direitos de outrem e ao bem comum. Esse instrumento – a consciência – deverá ser aperfeiçoado à luz de valores transcendentais, de fundo religioso, que originem responsabilidade e coloquem no devido lugar poderosas forças instintivas, utilitaristas, materialistas (LOPES, 1968 p. 22).

Chamam atenção também as comparações com os regimes socialistas, os quais, segundo o general, teriam de fazer uso da força para se sustentar, não se atentando para o fato de que a ditadura inaugurada em 1964 praticou os mesmos expedientes¹¹:

[...] os regimes alicerçados em filosofias ateias, pois que se complementam as respectivas práticas com forte e rígida armadura policial [...] não há Nação socialista-radical sem regime de força, amordaçador da Liberdade [...]. O trágico engano das atuais democracias está em julgar existir uma terceira construção: Liberdade com base no materialismo (LOPES, 1968 p. 22 e 28).

Em seguida, Lopes apresenta um histórico do termo “liberdade”, associado à responsabilidade e a Deus. Este baseia-se nas Declarações da Independência Americana, dos Direitos Humanos e do Cidadão e Americana dos Direitos e Deveres do Homem, além dos preâmbulos das Constituições Nacionais de 1824, 1934, 1946 e 1967.¹² Para o autor, o fato de haver a menção a Deus nas cartas magnas implica uma miríade de consequências, geralmente destacando a oposição ao “materialismo”:

11 No plano institucional, o regime debateu-se na dualidade normalidade/excepcionalidade, a partir de surtos punitivos com prazos em um pretensão esforço de corrigir a democracia brasileira, segundo seus interesses (FICO, 2017 p. 60-1), ao passo que, desde o primeiro momento, sabidamente praticou-se violência contra opositores - vide o relatório de Geisel atestando indícios de tortura nos meses subsequentes ao golpe (FICO, 2001 p. 45).

12 Constata-se não haver menção das Constituições de 1891 e 1937. Acerca da primeira, Lopes tecerá críticas, apontadas em seguida, principalmente no que diz respeito ao ensino leigo e a segunda, decretada sob a justificativa de uma ameaça comunista, não menciona Deus.

[...] a opção dos brasileiros pelo conceito de homem – espírito e matéria – aquele transcende a esta, e não apenas matéria [...]. O Brasil alinha-se, desse modo, política e socialmente, pela vontade da maioria, com as Nações afastadas das filosofias materialistas, base dos regimes socialistas-radicais [...] o estabelecimento das bases da Moral [...] revelada, tradicionalmente cristã, inspirada em valores eternos e imutáveis, formadores da consciência, ‘a voz de Deus dentro do homem’ [...] a real dignificação da Criatura Humana, resultante da origem transcendente. Um materialista, frente a um dado criminoso – um matricida, por exemplo – não lhe pode respeitar a dignidade, por só considerá-la no aspecto atual. O espiritualista crê na dignidade potencial [...] (LOPES, 1968 p. 26-7).

Finalmente, o general conclui sua digressão filosófica ao explicitar a relação de liberdade e democracia:

O homem e as diferentes comunidades estão longe da perfeição moral, na fase evolutiva da civilização. Necessitam de freios que impeçam atos negativos consequentes. Freios internos, acionados pela consciência, ou externos, de órgãos repressivos policiais. Democracia pressupõe Liberdade, mas esta não subsiste sem a sua contraparte – Responsabilidade, desenvolvida à luz de valores espirituais de fundo religioso (LOPES, 1968 p. 33).

A partir da tese geral de Lopes, é possível relacioná-la ao contexto. Convém retomar que se tratava de um período de aumento da oposição ao regime com primazia do movimento estudantil, ao passo que, do lado militar, debatia-se o aprofundamento da repressão. O general se insere nesses dois âmbitos ao alegar a subversão da juventude pelo que entende como processo Marcuse e, ao falar para plateias majoritariamente militares, reconhece a legitimidade da repressão, mas propõe que somente a violência física não seria capaz de rever aquele quadro atual, isto é, nas palavras do militar: “É necessário entender que as ações repressivas, válidas e

legítimas, por si pouco realizam [...]”¹³ (LOPES, 1968 p. 38). Assim, propõe três cenários possíveis para evolução daquele contexto, sendo fiador do terceiro, que alia repressão e educação juntamente com a possibilidade do uso de medidas excepcionais:

- a incompreensão pelas atuais elites das causas da inquietação. É fácil prever que, no caos resultantes, intervirá o comunismo [...]. Até quando as atuais elites, progressivamente exaustas pelo tempo, poderão exercer ação repressiva e em bases mal definidas ideologicamente?

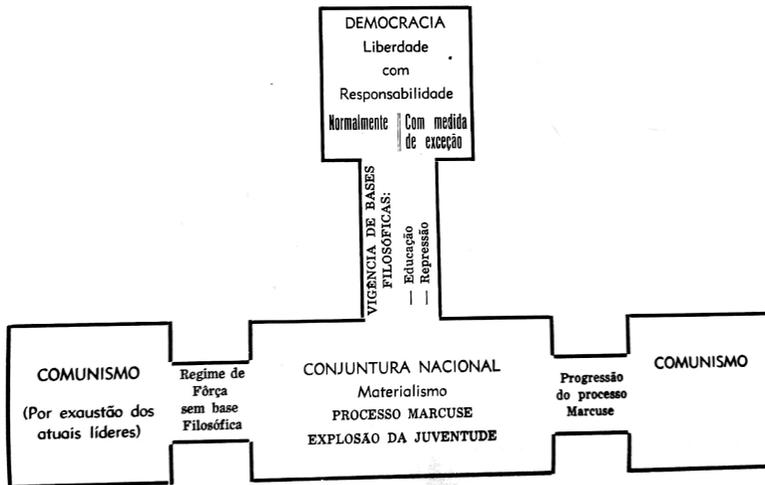
- O estabelecimento de um regime de força para reprimir o desenvolvimento do processo Marcuse. Sem bases filosóficas, a exaustão dos atuais líderes, pela idade, e o aumento numérico, intenso e constante, da juventude, impedirão a continuidade dos esforços repressivos e conduzirão ao primeiro caminho; e

- A compreensão das elites, levando o Estado a adotar base filosófica adequada à Democracia, para a obtenção da Liberdade com Responsabilidade, mediante a defesa e projeção dos valores tradicionais da nacionalidade – em vigorosas ações educacionais e repressivas. Isto deverá ser conseguido, se possível, normalmente e, senão, com medidas que se tornaram imprescindíveis aos vitais objetivos visados (LOPES, 1968 p. 39)..

13 Noutro trecho, o militar reafirma que, atingido o estágio de liberdade com “consciência” que propõe, seria possível prescindir “[...] da ação externa, repressiva, policial” (LOPES, 1968 p. 27). Contudo, é preciso apontar a desigualdade das afirmações, na medida em que Lopes trata a possibilidade de abandono da repressão de modo lateral em sua argumentação e genérico em um futuro não determinado, ao passo que naquele contexto reforça a necessidade e expressa seu apoio.

Complementando com o quadro¹⁴:

Figura 1 – Quadro explicativo



Fonte: Lopes, 1968 p. 40

A fala do general é indicativa também da intenção de recrudescimento do regime para além do aumento das oposições. Até meados de 1968, os estudantes, de certo modo, representantes da classe média, gozaram de algum tipo de apoio na imprensa liberal, mas, com o aumento da radicalização, foram prostrados como responsáveis pelo endurecimento do regime (NAPOLITANO, 2014 p. 90 e 93). Do ponto de vista do general, a crítica à juventude ocorre como um desvio comportamental, oriundo de uma concepção de mundo baseada no “materialismo ateu” de que, em um futuro não definido, provocaria alguma Revolução, isto é, não há menção a dados objetivos que ameaçariam diretamente o regime como a guerrilha, mas, por outro lado, há o apoio às medidas repressivas e excepcionais, atestando, dessa forma, a existência de um projeto autônomo de endurecimento do regime.

14 A expectativa do general de uma democracia com “normalidade ou com medida de exceção” corrobora com o entendimento apontado anteriormente por Fico (2017) acerca da divisão normalidade/excepcionalidade.

No âmbito da mídia, o militar censura o pretenso apoio ao que chama de “processo Marcuse”. Não há alguma crítica dirigida ao regime, ou seja, a ditadura inaugurada em 1964 não era ainda reprovada pela mídia. Portanto, entende-se que, para Lopes, ao tratar abstratamente de um perigo à ditadura substanciado em comportamentos considerados por ele como libertinos, está a defender, em última instância, um modelo de sociedade baseado em uma acepção restrita de liberdade pautada por valores católicos, corroborando com o entendimento de Munhoz (2020 p. 268) de que o discurso anticomunista legitimava o controle da população.

Nesse sentido, é válido ressaltar que, apesar da centralidade do anticomunismo, o general dedica, em menor grau, críticas ao sistema capitalista, principalmente no que diz respeito à Educação, apontando, novamente, para a proposição de seu modelo de sociedade:

A reação contra o ensino religioso-sectário da Constituição de 1824, de parte das correntes positivistas, maçônica e mesmo de certos setores da Igreja Católica, levou à interpretação extremada da prescrição do § 6º, do Art. 72, da Constituição de 1891:

Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos

[...] pedagogos pragmatistas, materialistas, marxistas¹⁵, tirando partido da omissão dos responsáveis pela formação do caráter do brasileiro, impuseram sua triste bandeira [...] A democracia liberal (‘laissez faire, laissez passer’), após sete décadas de aplicação no campo moral-educacional, apresenta os seus amargos frutos. Parte significativa da juventude, pressionada por apelos materialistas de professores, escritores e veículos de comunicação – rádios, TV, jornais, revistas, cinemas e teatros – volta-se para o sexo, para os objetos, para a violência, para os alucinógenos. (LOPES, 1968 p. 29).

15 Lopes se apoiou frequentemente, mas em menor grau na obra em questão, no intelectual católico Frans de Hovre (1884-1958), que criticava a pedagogia moderna apontando, grosso modo, de um lado, que teorias liberais ou “pragmatistas”, em suas palavras, eram falsamente neutras e, de outro, que os socialistas se equivocavam ao afirmar que o ser humano era produto das circunstâncias, advogando, assim, por uma educação que imprimisse valores eternos, isto é, católicos (SILVA, 2014).

Nesse contexto, o autor conclui que:

Compreendemos, ainda, uma necessidade urgente, de nacionalismo sadio – impedir que as ondas pegajosas, prenhes de pragmatismo e de sexo, provindas de Nações desenvolvidas do mundo ocidental, à custa do mau uso da Liberdade e agitadas pelo comunismo, continuem a espalhar-se no Brasil. Não alienemos as nossas responsabilidades. É urgente atuar na propagação e defesa do nosso estilo de vida, de origem milenar (LOPES, 1968 p. 38).

Diante do exposto, compreende-se a dimensão do discurso anti-comunista de Lopes. Concorde-se com Motta (2002) que as matrizes da propaganda anticomunista não eram restritas aos respectivos grupos sociais, pois Lopes, como um militar, faz uso também de argumentos do anticomunismo católico com a denúncia militante do materialismo ateu. Isso se relaciona com o âmbito nacionalista, na medida em que o militar recorre à existência da palavra “Deus” em cartas magnas anteriores, salientando o caráter teísta dos brasileiros e, dessa maneira, incompatível com o comunismo, apontando, por outro lado, a relação do general com o passado.

Entretanto, naquele contexto, tais valores estariam sendo asseidiados principalmente pelo comunismo. Trata-se do “processo Marcuse” de dimensões culturais, ou seja, a destruição da autoridade e promoção de uma aceitação de liberdade absoluta. Nesse sentido, para combater o comunismo, já projetando a relação com o futuro, a repressão, válida e legítima, não era suficiente, era preciso, assim, projetar os valores da nacionalidade na juventude por meio da educação.

4 Conclusão

A partir do texto de Lopes é possível apontar a importância atribuída à educação. Num recorte temporal de médio prazo o pensamento do militar liga-se a uma cultura política anticomunista, ao passo que, a luz dos eventos do momento atesta a pressão sofrida pelo governo. Em suma a relevância do tema para o autor é grande, pois se está a propor mudanças para garantir a continuidade do regime.

Lopes apresenta características da cultura política anticomunista. As mobilizações dos jovens não podem ser compreendidas como legítimas manifestações de insatisfações contra o regime ou demandas próprias do campo estudantil, mas sim influência do movimento comunista, assim, retoma-se o entendimento de que dissenso mobilizador é ilegítimo e que o comunismo é responsável pelo conflito social (TEIXEIRA, 2013 p 63). Em outras palavras, questionamentos a repressão praticada pelo regime, críticas à política educacional e demandas por reformas, que embalavam as mobilizações daquele contexto não merecem atenção do militar, pois são apenas sintomas da infiltração comunista e essa, sim, precisava ser evidenciada.

Dessa maneira sua proposta de “[...] defesa e projeção dos valores tradicionais da nacionalidade – em vigorosas ações educacionais e repressivas” (LOPES, 1968 p 39) ganha sentido. Trata-se de um processo de difusão, na juventude, dos valores pretensamente utilizados como legitimadores daquele *status quo*, a ser posto em prática paralelamente à repressão, cujos resultados seriam de longo prazo e garantidores da continuidade do regime, ao passo que, não adotá-lo implicaria na vitória do comunismo, que por sua vez, agia de modo multifacetado contra as instituições e estudantes através do “processo Marcuse”.

Dois elementos chamam atenção na argumentação de Lopes: a necessidade de sublinhar a importância da repressão e ter como motivação assegurar a vigência do regime. A respeito do primeiro, assinala-se que diante das manifestações de insatisfação social vindas de diversos setores em 1968 (MARTINS, 2019), interrogava-se na cúpula governamental a necessidade do emprego ou não de medidas excepcionais para contê-las (FICO, 2017). Nesse sentido, mesmo não participando do círculo decisório do regime, Lopes, dirigindo seu discurso a instituições militares, se posicionou favoravelmente, inclusive dando sua própria contribuição, pois “É necessário entender que as ações repressivas, válidas e legítimas, por si pouco realizam [...]” (LOPES, 1968 p. 38) Por outro lado, ao tratar de uma forma para garantir a continuidade do regime, é sintomático que o contrário lhe ocorresse: a possibilidade dele acabar.

Em última análise, a proposta de Lopes é sintoma da militarização do tecido social, pois a difusão de valores morais tem para o autor um aspecto funcional, isto é, discute-se a educação, de modo a complementar a repressão em um projeto conservador de sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Pedro Duarte de. A Filosofia e os anos 60. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 13-30, janeiro-junho 2012.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean François (org.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et. al. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

BETT, Ianko. Concílio Vaticano II e o anticomunismo católico no Brasil e na Argentina. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, nº 24, p. 1169-96, dez 2011.

BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v 19, n 35, p 229-327, jul. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas e a Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: ed. Vozes, 1981.

FERRAZ, Francisco César Alves. **À sombra dos carvalhos: Militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-55)**. Londrina: EDUEL, 1997.

FERRAZ, Francisco César Alves. Relações entre civis e militares no Brasil: um esboço histórico. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 4, p. 115-37, out. 1998.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Educação Moral e Cívica e sua produção didática**: 1963-1993. 2006. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil. Algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima. **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LEMONS, Kaé Stoll Covero. **A normatização da Educação Moral e Cívica (1961-1993)**. 2011. 195f. Dissertação (Mestrado em educação: área de concentração de Políticas e Instituições Educacionais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LOPES, Moacir Araújo. **Liberdade e democracia**. Florianópolis: Imprensa universitária, 1968.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica das crises políticas na Ditadura Militar (1964-9). São Paulo: Alameda, 2019;

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A 'Intentona comunista' ou a construção de uma lenda negra. **Tempo**, Niterói, n. 13, p 189-207, julho 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Matrizes do Anticomunismo. In: **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014;

MUNHOZ, Sidnei José. **Guerra Fria**: história e historiografia. Curitiba: ed. Appris, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

Napolitano, M. (2017). A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, 43(2), 346-366.

SANTANA, Marco Aurélio; PERES, Igor. Marcuse e a nova esquerda em três atos: lições de ontem e hoje. **Em pauta**, Rio de Janeiro, n 14, v 16, p 220-39, 2018.

SEPULVEDA, José Antônio Miranda. **O Papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional**. 2010. 238f. Tese (Doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. A democracia fardada. **Aedos**, nº 13, v. 5, (Ago/Dez 2013): 58-79.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. Em nome da Ordem: cultura política anticomunista nas Forças Armadas: 1935-85. **Mediações, Londrina**, vol. 19, ed. 1, (Jan-Jun. 2014): 151-169.

VALLE, Maria Riberio do; ALMADA, Pablo. Herbert Marcuse e os anos 60: possibilidades para a transgressão na sociedade capitalista. **Didectus**. N. 14, janeiro-julho 2019 p. 52-69.